



Canal Energia - 23 Ago 2004

Acordo que aprovou modelo no Senado é cobrado por geradoras privadas

Empresas vão levar análise do Decreto 5.163/04 a senadores. Conceituação de energia nova está em xeque pelas empresas

Um acordo feito entre o Congresso e o governo, que possibilitou a aprovação no Senado da Medida Provisória 144 (e que deu origem à Lei 10.848/04), será passado a limpo na próxima quarta-feira, dia 25 de agosto. Uma reunião entre os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Delcídio Amaral (PT-MS) e executivos ligados às geradoras privadas vai abordar a configuração do conceito de energia nova no Decreto 5.163/04 - o que regulamentou a Lei e definiu as bases do novo modelo.

Segundo Tourinho, o encontro foi agendado após sinalizações dos agentes de geração de que o conceito de energia nova no decreto não correspondeu ao que havia sido acordado durante a tramitação da MP no Senado. Pelo acordo, não seriam considerados como novos os empreendimentos que já estavam em operação até 1999. Por outro lado, usinas em operação desde 2000 - sem contratos - e as do Programa Prioritário de Termelétricidade fariam parte do leilão de expansão como energia nova.

O senador afirma que o acordo partiu do pleito das empresas geradoras privadas, e foi o fator primordial que possibilitou a aprovação da MP 144 no Senado. "Até então, a resistência do bloco de oposição à MP era grande", diz. Tourinho explica que a regulamentação da lei através do decreto, de acordo com as empresas, "não teria atendido às negociações fechadas no Legislativo". Na reunião, os agentes levarão uma análise detalhada do decreto sobre o foco levantado.

A indicação de que o artigo 22 do decreto - que trata do tema - não teria agradado aos agentes foi sinalizada minutos depois da cerimônia de lançamento do documento, no dia 30 de julho, em Brasília. A preocupação foi levantada pelo presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica, Cláudio Sales, afirmando na ocasião que o assunto voltaria à discussão. O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, confirmou a intenção.

Os principais interessados na discussão são as geradoras Duke Energy Paranapanema (SP) e Tractebel Energia, além da própria Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - que reúne as duas. No caso da Tractebel Energia, as usinas implementadas após a privatização, em 1998, tornaram a empresa a maior geradora privada do país. Entre os projetos estão Itá (1.450 MW), Machadinho (1.140 MW), Cana Brava (465 MW) e parte de Arjona (190 MW).

Procurados pelo Portal CanalEnergia.com.br, representantes da Duke Energy e da Tractebel Energia não foram encontrados para comentar se participariam ou não da reunião com os senadores. O diretor-executivo da Apine, Régis Martins, disse não saber do encontro. O secretário-executivo Maurício Tolmasquim, atualmente ministro interino de Minas e Energia em função da viagem da ministra Dilma Rousseff ao Chile, também não foi encontrado para comentar o assunto.